EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

"Petróleo não é ferro nem estrada de ferro. Petróleo é energia, que tem que ser vendida pelo preço mais barato possível, a fim de facilitar a produção de todas as demais riquezas. Petróleo é base da economia e da defesa militar de um país. Não há como, na indústria de petróleo, se associar o Estado e particulares. Se a indústria do petróleo visar lucros comerciais, perde seu caráter de utilidade pública. (...) É uma injustiça social entregar o privilégio da indústria do petróleo a alguns, mesmo sob a forma de ações de uma sociedade mista. O petróleo pertence à Nação, que há de dividi-lo igualmente por todos seus filhos. Pesquisa, lavra e refinação constituem as partes de um todo cuja posse assegura poder econômico e poder político. Petróleo é bem de uso coletivo, criador de riqueza. Não é admissível conferir a terceiros o exercício de atividade que se confunde com a própria soberania nacional. Só o Estado tem qualidade para explorá-lo, em nome e no interesse dos mais altos ideais de um Povo".

(General Horta Barbosa, 1947)

A PETROBRAS é uma das maiores empresas do mundo no ramo da prospecção, lavra e distribuição de petróleo e seus derivados. Ao longo de sua trajetória, tornou-se o maior patrimônio econômico da nação brasileira, expressando a resistência do nosso povo às tentativas de desnacionalização das riquezas do país.

Neste ano de 2006, através da PETROBRAS, o Brasil alcançou a auto-suficiência na produção de petróleo, fato que marca definitivamente a importância dessa empresa para a afirmação da soberania nacional. Pois não é possível um país ser soberano se não tem em suas mãos o poder de decidir sobre o que fazer com suas riquezas naturais, como a água, as florestas, os minérios e o petróleo.

Uma pequena reflexão do papel estratégico da PETROBRAS nos conduz à defesa permanente dessa Empresa, que é patrimônio de todos os brasileiros.

Até o final dos anos 30, os trustes internacionais do petróleo não demonstraram qualquer interesse pelo petróleo brasileiro, pois dispunham de reservas suficientes em outras áreas do planeta. Convinha manter o Brasil dependente e consumidor dos produtos petrolíferos das "7 irmãs".

O Departamento Nacional de Produção Mineral, dirigido por dois estrangeiros – Mister Oppenheim e Mister Malamphy – boicotava toda e qualquer tentativa de encontrar petróleo, difundindo a falácia de que o Brasil não dispunha dessa riqueza.

A descoberta de petróleo em Lobato, Bahia, em janeiro de 1939, apesar de todas tentativas de acobertamento, forçou a uma mudança de discurso: o Brasil possuía petróleo, mas não dispunha de capitais nem de capacidade tecnológica para levar adiante sua extração.

Espertamente, esses setores contrários à soberania nacional trataram de derrubar, na Constituição de 1946, o dispositivo que proibia que estrangeiros explorassem nossas jazidas petrolíferas. E conseguiram! Mas era preciso, ainda, revogar a legislação infraconstitucional que mantinha essa proibição.

Coube ao reacionário governo do Marechal Dutra elaborar, então, o "Estatuto do Petróleo", redigido por uma comissão com a participação de 2 representantes oficiais da Standard Oil – Mister Hebert Hoover Jr. e Arthur Curtice – que foram os que efetivamente ditaram os termos entreguistas desse ante-projeto.

Mas nem tudo saiu como planejado pelos entreguistas. A alma nacional rebelou-se! A juventude – através da UNE, dos Diretórios Acadêmicos e dos Grêmios Estudantis – lançou nas ruas o lema que em poucos meses empolgaria o Brasil de norte a sul: **"O PETRÓLEO É NOSSO!"**. Os militares patrióticos entrincheirados no Clube Militar ergueram suas vozes em defesa da nação ameaçada! Os trabalhadores mobilizaram-se. Parlamentares e intelectuais nacionalistas conclamaram a nação a resistir.

Em 4 de abril de 1948 foi formado no Rio de Janeiro, então Capital da República, o *Centro Nacional de Estudos e Defesa do Petróleo*, coração da resistência. Em sua primeira manifestação pública, em dia 7 de abril, o movimento foi duramente reprimido, com um saldo de 2 feridos à bala, 3 estudantes presos e inúmeros espancados.

No Rio Grande do Sul, a *União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas* realizou o primeiro Comício em 15 de maio de 1948, resultando, no dia 1º de junho, na criação do *Centro Estadual de Estudos e Defesa do Petróleo* e da *Comissão Estadual de Defesa do Petróleo*.

Em outubro de 1948, foi realizada a primeira *Convenção Nacional em Defesa do Petróleo*. O ato dos Congressistas, na Praça Floriano, foi violentamente reprimido.

Em setembro de 1949, a polícia metralhou um Comício em defesa do Monopólio Estatal do Petróleo, em Santos. Crivado pelas balas, morreu o portuário Deoclécio Augusto Santana. Outros 2 líderes – Aldo Ripassarti e Henrique Moura

– foram processados e condenados a 5 anos de prisão pelo "crime" de terem assinado a convocatória do Comício!

O governo tentou sufocar a ferro e fogo o movimento. Mas esse crescia cada vez mais, unindo nacionalistas, comunistas e militares patriotas, tomando corpo na consciência nacional. Comícios com mais de 30 mil pessoas, como o do Anhangabaú, em 1948, são a expressão da dimensão que tomou a Campanha em defesa do nosso petróleo.

Pouco a pouco, a luta do povo vai inviabilizando o "Estatuto do Petróleo", sendo que a aproximação das eleições presidenciais de 1950 impediu definitivamente sua aprovação. O "Estatuto" foi arquivado. O povo vencera a primeira batalha.

Em 1951 continuou a repressão, com a tentativa do Departamento Federal de Segurança Pública de suspender por 6 meses o "Centro Nacional". Em Minas Gerais, o governador Juscelino Kubischeck fecha, em maio, o "Centro" Mineiro. A II Convenção Nacional foi proibida e, no dia de sua instalação – na sede da UNE, no Rio de Janeiro – a polícia invadiu o recinto, disparando e deixando vários feridos. Mas, o conclave prosseguiu.

Fruto de toda essa mobilização, em dezembro de 1951, o então presidente Getúlio Vargas enviou mensagem ao Congresso, propondo a criação da PETROBRAS. A justificativa era de conteúdo nacionalista, mas o projeto permitia que empresas estrangeiras, sediadas no Brasil, dela participassem como acionistas, o que abriria caminho para o controle do petróleo brasileiro pelos trustes internacionais.

O Movimento pelo Monopólio Estatal do Petróleo se intensificou ainda mais. O *Centro Nacional* rejeitou o projeto apresentado pelo governo. Em 25 de janeiro de 1952, o deputado Euzébio Rocha Filho – com o apoio de outros 26 deputados e do *Centro Nacional* – apresentou substitutivo instituindo o Monopólio Estatal do Petróleo e seus Derivados.

Depois de amplas mobilizações e de demoradas negociações foi aprovada e sancionada em 3 de outubro de 1953 a Lei nº 2.004, instituindo o Monopólio Estatal do Petróleo e criando a PETROBRAS.

Desde então, nunca cessaram os esforços dos grandes trustes petrolíferos no sentido de inviabilizar a PETROBRAS e fragilizar o Monopólio Estatal do Petróleo.

As tentativas mais sérias nesse sentido ocorreram após o golpe militar de 1964, durante o governo Geisel. Primeiro, o regime militar – em flagrante desrespeito à própria Constituição outorgada – autorizou (em 1975) os chamados "Contratos de Risco", entregando 86% da área sedimentar do país à exploração internacional.

Nesse mesmo período, um decreto ilegal deu poderes ao CNP e ao Ministério da Fazenda para interferirem nos preços dos combustíveis, sem garantir a necessária remuneração da PETROBRAS, como exigia a legislação em vigor. Inaugura-se um período de "preços políticos", de subsídios à nafta e ao óleo combustível, para beneficiar a iniciativa privada. Foi um período de descapitalização da PETROBRAS e de comprometimento de seus investimentos.

Mas os maiores ataques contra a PETROBRAS ocorreram durante os governos neoliberais de Fernando Collor de Mello e de Fernando Henrique Cardoso. Primeiramente, privatizaram o setor petroquímico e de fertilizantes, vendendo por preço vil algumas das subsidiárias mais lucrativas da PETROBRAS (entre elas a PETROQUISA, a ULTRAFÉRTIL, a NITROFÉRTIL e a COPESUL). A seguir, violentando a própria Constituição Federal, promulgaram a Lei 9.478/97, acabando com o monopólio estatal do petróleo e liberando sua extração e exportação pelos trustes internacionais. Já em 1999, 2000, 2001 e 2002 foram leiloados inúmeros campos petrolíferos – descobertos pela PETROBRAS ao custo de grandes investimentos – o que foi cinicamente festejado pelo então presidente da ANP, David Zyberszatajn, genro de Fernando Henrique Cardoso, que chegou ao cúmulo de afirmar diante de uma platéia de exultantes investidores estrangeiros, que "agora, o petróleo é vosso!"

Os passos seguintes visaram a fragmentação da PETROBRAS, com a criação de 40 "unidades de negócios" autônomas, sob o pretexto de coibir atividades "monopolistas" da empresa; a venda de 32% de suas ações para investidores privados (78% dos quais estrangeiros), em um processo eivado de irregularidades; a imposição de pesados cortes nos investimentos da PETROBRAS, impedindo-a de reinvestir seus recursos, provenientes dos lucros por ela obtidos; além da redução de seu corpo funcional de 58 mil para 34 mil trabalhadores, o que causou a terceirização irresponsável da maior parte de sua mão-de-obra.

O resultado disso tudo, além da desestruturação da empresa, foi uma sucessão de acidentes – como na Refinaria Duque de Caxias, na Refinaria Presidente Vargas, na Refinaria de Araucária (PR), culminando com o afundamento da Plataforma Marítima P-36, em 2001 – acontecimentos trágicos que serviram para reforçar as críticas daqueles que sonham em privatizar a PETROBRAS. E só não mudaram seu nome para "Petrobrax" (com o objetivo de agradar seus amos internacionais) porque a consciência nacional rebelou-se contra tanta desfaçatez.

Mas a PETROBRAS – em conseqüência do esforço de seus funcionários e da luta inquebrantável do povo brasileiro – resistiu a tudo isso durante todos esses anos, tornando-se uma das maiores e mais respeitáveis empresas do mundo.

A partir de 2003, iniciou-se uma nova fase no seu desenvolvimento, com investimentos massivos que totalizaram, nos últimos três anos mais de R$ 68 bi-

lhões, dos quais R$ 27,7 bilhões só em 2005. Para 2006 são previstos investimentos na ordem de R$ 38 bilhões.

Fruto desse grande esforço nacional, a PETROBRAS atingiu no último dia 21 de abril – Dia de Tiradentes, personagem marcante da história brasileira, que foi enforcado, esquartejado e declarado infame por lutar pela independência de nossa Pátria – a auto-suficiência em petróleo, com uma produção média diária de 1,91 milhões de barris, frente a um consumo diário de 1,8 milhões de barris, objetivo tão sonhado por todos aqueles que não mediram sacrifícios na grande luta para fazer prevalecer o lema "O PETRÓLEO É NOSSO".

A dimensão dessa vitória avulta de importância em um mundo cada vez mais carente de petróleo, onde o preço internacional do barril saltou de U$ 13,00 em 2001 para U$ 40,00 em 2004, ultrapassando hoje os U$ 70,00. Assim, a nossa PETROBRAS – que os entreguistas Roberto Campos e Eugênio Gudin batizaram de "Petrossauro" e que o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso quis transformar em "Petrobrax", preparando caminho para sua privatização – tornou-se a 11ª empresa petrolífera do mundo, aumentando o seu valor de mercado de R$ 60 bilhões para R$ 204 bilhões, nos três anos do Governo Lula, alcançando um lucro de R$ 26 bilhões em 2005.

Reconhecida por sua excelência tecnológica, recebeu por duas vezes o principal prêmio concedido pela *Offshore Technology Conference* por seu *know-how* de extração do óleo em águas profundas e ultraprofundas. Além disso, a PETROBRAS aumentou 75 vezes suas reservas – que hoje se aproximam de 13 bilhões de barris – no mesmo período em que as reservas mundiais cresceram apenas nove vezes.

A PETROBRAS ostenta hoje um patrimônio de 14 refinarias, mais de 260 campos de petróleo e gás, 96 plataformas de produção, 55 navios petroleiros próprios, 15.000 quilômetros de dutos, 53 terminais de produtos, 16 usinas termelétricas, 7.200 postos de abastecimentos, 17 empresas distribuidoras de gás natural, além de um dos centros de pesquisas mais modernos do mundo – onde atuam 1.300 técnicos, mestres e doutores – e diversos outros empreendimentos correlatos.

Nos seus 52 anos de existência, a PETROBRAS investiu no Brasil mais de U$ 100 bilhões, volume superior aos investimentos totais realizados no país por todas as companhias multinacionais em todos os tempos. O recolhimento de impostos, taxas, *royalties* e outras contribuições sociais da empresa ultrapassam R$ 50 bilhões anuais, cerca de 8% da arrecadação, o que a torna a maior contribuinte fiscal do país.

Projeta-se nesse terceiro milênio para a PETROBRAS a integração de sua cadeia produtiva e a conquista do mercado de energia, a partir o uso de gás natural como combustível em termoelétricas para uso industrial e com o crescimento do

uso do gás natural veicular (GNV). Sua gasolina *Podium* abastece os carros da equipe *Williams* da Fórmula 1.

Recentemente, foi descoberta pela PETROBRAS, na bacia de Santos, São Paulo, uma gigantesca reserva de gás natural com cerca de 400 bilhões de m3, que ao entrar em funcionamento alavancará ainda mais o desenvolvimento do Brasil e, há poucos dias, no Espírito Santo a PETROBRAS fez nova descoberta de óleo, garantindo a ampliação de novas reservas.

A PETROBRAS, por sua excelência, possui inclusive dutos de petróleo controlados por satélite.

Consciente da importância da empresa para a economia nacional, o Presidente Lula tomou a decisão histórica de construir as plataformas aqui mesmo no Brasil. Dessa forma, a construção da plataforma P-51 será realizada pelo consórcio FELS SETAL/TECHNIP, sendo parte do casco construído no estaleiro BRAS FELS em Angra dos Reis, e outra parte na NUCLEP, em Itaguaí (RJ). Somente a construção do casco proporcionará a geração de 2.500 empregos diretos e 7.500 indiretos, elevando-se o nível de nacionalização para 70%. Considerando a construção de toda a P-51 – que envolve mais dois contratos – a geração de empregos diretos no Brasil se dará na ordem de 4.800, com cerca de 15.000 indiretos.

Além da P-51, já foram assinados contratos para a construção da P-52 e há projeções para a construção da P-53 e da P-54, com investimentos totais de U$ 2,5 bilhões e, em médio prazo, há previsão de construção das plataformas P-55 e P-56. E, o que é o mais importante, o Governo Lula estabeleceu novas condições para o processo licitatório dessas plataformas, quais sejam a exigência de um nível mínimo de 60% de nacionalização para os três contratos do processo.

A PETROBRAS materializa dessa forma a afirmação da independência do país e a soberania sobre nossas riquezas naturais. Cabe a nós, parceiros e atores dessa história, zelar pela preservação de nossa maior estatal.

Para homenagear a grande luta do povo brasileiro pelo monopólio estatal do petróleo e pela criação da PETROBRAS – expressa na campanha "O PETRÓLEO É NOSSO" – propomos que o espaço na Praça da Alfândega onde se encontra a histórica TORRE DE PETRÓLEO, ali colocada no início da década de 60 pelos estudantes gaúchos, seja denominado "ESPAÇO 'O PETRÓLEO É NOSSO'".

Pelas razões acima apresentadas, contamos com a aprovação e o apoio de nossos Pares.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2006.

VEREADOR RAUL CARRION VEREADORA MANUELA D'ÁVILA

/js

PROC. Nº 3695/06
PLL Nº 164/06

PROJETO DE LEI

Institui homenagem ao povo brasileiro pela grande campanha cívica em prol do monopólio estatal do petróleo e pela criação da PETROBRAS, denominando "O Petróleo é Nosso" o espaço na Praça da Alfândega onde se encontra a histórica Torre de Petróleo.

Art. 1º Fica instituída homenagem ao povo brasileiro pela grande campanha cívica em prol do monopólio estatal do petróleo e pela criação da PETROBRAS, denominando "O Petróleo é Nosso" o espaço na Praça da Alfândega onde se encontra a histórica Torre de Petróleo, indicado no levantamento aerofotogramétrico que integra esta Lei.

Art. 2º A homenagem constará de uma placa de metal com os seguintes dizeres: "Espaço o Petróleo é Nosso".

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.